

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1380 | 27/03/2017 a 02/04/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



SANIDADE

CARNE DE QUALIDADE

Ministério da Agricultura age com rapidez para mostrar que denúncias são casos isolados

sistemafaep.org.br

Aos leitores

A melhor maneira de enfrentar uma crise é agir com firmeza e ser ágil para contornar o problema. As denúncias da Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, que recaíram sobre frigoríficos brasileiros, jogaram a produção no limbo. A ação rápida do Ministério da Agricultura em punir os infratores e mostrar que eles eram a exceção, não a regra, foi importante para trazer tranquilidade aos produtores, apesar dos estragos que as denúncias provocaram ao mercado da carne.

Nas próximas páginas, uma reportagem mostra como as mulheres vêm conquistando espaço na agropecuária. Trazemos depoimentos de produtoras pioneiras e da nova geração no Paraná.

Também contamos a história dos produtores da Lapa que se tornaram os reis da pera no Estado.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon

Edição: Ricardo Medeiros

Redação e Revisão: Hemely Cardoso, André Amorim e Carlos Guimarães Filho
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuei

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1380:

Fernando Santos, Felipe Santos, Pedro Serapio/Gazeta do Povo, Luiz Costa, AEN, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

ÍNDICE



FRUTICULTURA

13 mil pés de pera

PAG. 16

SANIDADE

Mapa reage à crise da carne

Pág. 4

NO CAMPO

Mulheres na agropecuária

Pág. 6

SUÍNOS

Produtores adotam a gestação coletiva

Pág. 10

POSSE

Ágide Meneguette assume o Sebrae-PR

Pág. 14

HISTÓRIA

Uma equipe brasileira na F1

Pág. 20

PÓS-AGRINHO

Prefeito mais jovem do Brasil

Pág. 22

MEMÓRIA

Morre Alexandre Jacewicz

Pág. 24

Reforma agrária fracassou em garantir trabalho vindo da agropecuária

Durante muitos anos, grandes volumes de recursos públicos foram investidos na falsa premissa de que seria possível expandir o emprego no setor rural brasileiro.

No terceiro artigo da série “Agrofalácias”, começo mostrando que décadas de projetos de colonização, desapropriações de terras e assentamentos não conseguiram conter o movimento contínuo de migração do campo para a cidade.

Desde 1995, 88 milhões de hectares foram adquiridos ou desapropriados para fins de reforma agrária no Brasil, área que equivale a 1,5 vez o território da França. Isso sem contar os gastos com infraestrutura, crédito, educação, assistência técnica e agroindustrialização de pequena escala. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fala em mais de 9 mil assentamentos, que teriam beneficiado quase 1 milhão de famílias.

Mesmo sem estatísticas confiáveis, sabe-se que a produção resultante dessa imensa quantidade de assentamentos é irrelevante, se comparada à que resultou da fenomenal revolução tecnológica que ocorreu na agricultura comercial no mesmo período. A reforma agrária brasileira fracassou rotundamente no objetivo de garantir trabalho e renda oriundos da produção agropecuária.

Ocorre que as últimas quatro décadas foram marcadas pela dualidade.

De um lado, a explosão da produção e da produtividade da agricultura comercial, que resultou da profissionalização do produtor, das inovações tropicais brasileiras e da crescente complexidade organizacional e de gestão dos sistemas agroindustriais.

Do outro, um crescente esvaziamento populacional no campo, em razão do êxodo rural e da rápida urbanização do país.

Os pesquisadores Eliseu Alves e Daniela Rocha mostram que 87% do valor total da produção agropecuária brasileira se originam de 500 mil estabelecimentos rurais, que representam 11% dos 4,5 milhões de estabelecimentos rurais registrados no mais recente Censo Agropecuário. E um dado ainda mais impressionante: apenas 27 mil estabelecimentos respondem por 51% do valor da produção agropecuária brasileira.

Só que esse fenômeno não é exclusivo do Brasil: não há um único país no mundo que tenha conseguido conter o êxodo rural e a inevitável urbanização, mesmo aqueles que sempre subsidiaram maciçamente os seus agricultores, como os Estados Unidos, a Europa e o Japão, ou a China, neste momento.

Curiosamente, a relação de menos de 15% dos agricultores responderem por 90% da produção é também observada nos EUA e na União Europeia.

Não está errado afirmar que 80% dos atuais produtores correm o risco de desaparecer nas próximas décadas. Metade desse contingente vive no Nordeste rural e é formada por famílias envelhecidas, jovens que abandonam o campo e uma renda média mensal familiar que não passa de meio salário mínimo.

Nesse grupo, o que realmente segura essas famílias no campo não é a atividade agropecuária, mas as aposentadorias rurais e as transferências sociais. Ou seja, uma realidade instável e sem horizonte de

continuidade.

Mas o curioso é que o emprego nos demais elos das cadeias do agronegócio hoje já ultrapassa o das propriedades rurais. E essas empresas reclamam da falta de mão de obra qualificada, da legislação trabalhista anacrônica que não atende às especificidades do setor e das interpretações ambíguas feitas por fiscais e juizes, que levam os empresários a querer evitar contratações.

Em suma, é preciso parar de aplicar os recursos em programas falidos e concentrá-los em políticas que realmente gerem renda e emprego. O que falta no agronegócio não é emprego, mas condições adequadas para empregar.

É urgente reformar a lei trabalhista, de forma que o sucesso do agro brasileiro no mundo beneficie o maior número de brasileiros.



Marcos Sawaya Jank

Especialista em questões globais do agronegócio.

Artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo em 18 de março de 2017

Reação rápida

Ministério da Agricultura reforça procedimentos para transmitir segurança no consumo à população e aos mercados internacionais após denúncias da Operação Carne Fraca



Blairo Maggi faz inspeção em frigorífico da Seara/JBS na Lapa

A Operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal (PF) no dia 17 de março, teve contrapartida imediata do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para tentar minimizar os efeitos e acalmar o mercado. Além de afastar os 33 envolvidos e suspender a exportação dos 21 frigoríficos citados, o órgão federal tenta repassar segurança aos consumidores, garantindo que o Brasil tem um dos sistemas de fiscalização mais rígidos do mundo, que será reforçado para evitar que novos casos isolados de irregularidades contaminem a imagem da carne brasileira.

Para comprovar isso, o ministro Blairo Maggi reuniu veículos de comunicação nacionais e estrangeiros para uma inspeção no frigorífico da Seara/JBS, na cidade da Lapa, Região Metropolitana de Curitiba (RMC), quatro dias após as denúncias da PF. A planta apareceu no relatório

da PF em razão da suspeita de corrupção por parte de um dos funcionários. Na ocasião, Maggi percorreu a linha de produção da planta, que abate 190 mil frangos por dia e emprega 1,8 mil pessoas.

“O objetivo era mostrar os procedimentos do dia a dia de uma planta, sem qualquer tipo de maquiagem. Desta forma, dado transparência aos processos, a população brasileira terá segurança para consumir”, afirmou o ministro, para depois complementar que a “sanidade não está em jogo. Existe a garantia de que os produtos são de qualidade.”

A visita na Lapa foi a primeira de uma série que irá acontecer nas próximas semanas nas demais plantas citadas na operação da PF. “Queremos resolver as coisas de forma rápida e eficiente. O que está em jogo é a credibilidade do país”, destacou o ministro. “Não existe diferença

entre consumidores local e estrangeiro. Mas temos a preocupação de não perder mercados internacionais. Não podemos entrar em uma lista negra internacional. Isso levaria três, cinco, dez anos para reabrir”, complementou.

Para a FAEP, as indústrias precisam estar ao lado do produtor rural e do consumidor na defesa da sanidade agropecuária. “Esperamos que a justiça seja feita e que pessoas envolvidas em operações fraudulentas e corruptas sejam investigadas e punidas, para que os bons produtores, que se esforçam na produção de alimentos, não sejam julgados e condenados pelas ações de integrantes de um elo da cadeia”, destaca a entidade.

A Operação Carne Fraca envolve uma pequena parcela dos frigoríficos brasileiros. Segundo o Mapa, são apenas 21 plantas suspeitas entre as 4.837 em funcionamento no país e 33 funcionários com desvio de conduta em um universo de 11 mil. Em dados numéricos, 99,8% dos estabelecimentos registrados ou relacionados e 99,7% do quadro de pessoal não estão envolvidos nas denúncias de irregularidades da operação. Os números permitem classificar as irregularidades como casos isolados. Em 2016, por exemplo, 853 mil partidas de produtos de origem animal saíram do Brasil para mais de 150 países e somente 0,02% foram impedidas de entrar no destino até que novas informações fossem prestadas.

Exportação

Além do mercado interno, o Mapa tem dado uma atenção especial aos compradores estrangeiros, na expectativa de que não ocorram mais bloqueios e que os países que anunciaram fechamento dos seus mercados revejam a situação. Para isso, o órgão brasileiro está fornecendo todas as informações solicitadas pelas autoridades internacionais.

“É natural que os países que foram informados da operação queiram saber detalhes. Nós estamos fornecendo todas as informações que devem ser suficientes para garantir e/ou reabrir os mercados. À China, por exemplo, mandamos documentos que garantem a qualidade e a lista dos sete veterinários envolvidos”, disse o secretário de Defesa Agropecuária do ministério, Luiz Rangel, que fez parte da comitiva que visitou

o frigorífico na Lapa e é o responsável pelo atendimento aos países compradores da carne brasileira.

Em 2016, das mais de 853 mil partidas de produtos de origem animal expedidas pelo Brasil, apenas 184 sofreram notificações internacionais. Ou seja, o número de violações é pequeno, e 99,98% das exportações brasileiras de produtos de origem animal foram aceitas pelo comércio internacional.

O Brasil é o líder mundial de exportação de carnes de boi e frango. No ano passado, as exportações das proteínas de frango, bovina e suína renderam 12,3 bilhões de dólares.

Perfil técnico

Outra medida anunciada pelo ministro da Agricultura é a indicação de um nome técnico para assumir a superintendência da pasta no Paraná e em Goiás, acabando com o loteamento partidário do cargo. A intenção é de que, nos próximos dias, um funcionário de Brasília assumirá o cargo, vago desde a intervenção do Mapa.

“A indicação será minha e será técnica, isenta de brigas e interesses locais. Vamos nomear alguém de fora que não esteja envolvida em guerra de poder local”, afirmou Maggi.

A FAEP sempre defendeu a nomeação de técnicos para cargos no setor do agronegócio, por acreditar que medidas como essa contribuem diretamente para o crescimento do setor.



Linha de produção de carne de frango em frigorífico na Lapa

Agora é com elas

Mulheres ocupam cada vez mais espaços de liderança no universo do agronegócio

Por André Amorim



Cecília Falavigna assumiu os negócios da família após a morte do marido

Antes uma atividade estritamente masculina, a agropecuária aos poucos vai se abrindo para as mulheres. Esse cenário vem mudando nos últimos anos e as produtoras rurais estão assumindo posições de protagonismo, não apenas nas propriedades, mas também em associações, cooperativas e instituições representativas de classe. Para identificar quem são e como atuam as mulheres do agronegócio brasileiro, a consultoria PwC e a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) realizaram, entre 2015 e 2016, a pesquisa intitulada “Mulheres no Agronegócio”.

A pesquisa foi realizada em duas fases: quantitativa e qualitativa. Na primeira fase, foram entrevistadas 301 mulheres em diversas regiões do país. Na segunda etapa, um número menor de participantes respondeu a um questionário mais extenso, para ajudar a identificar o perfil da mulher do agronegócio.

O levantamento mostrou, por exemplo, que 35% das entrevistadas cultivam soja, 34% trabalham com bovino-cultura, 60% possuem curso superior e 73% atuam na ad-

ministração das propriedades.

A reportagem entrevistou quatro mulheres de diferentes gerações e regiões do Estado, que atuam em posições de liderança, tanto na condução da propriedade, quanto em estruturas coletivas, como cooperativas, associações e sindicatos rurais.

Conhecida como “rainha da soja” por alguns meios de comunicação, por causa da produtividade recorde em sua propriedade, a produtora Cecília Falavigna, de Maringá, conta que lidou com uma dificuldade adicional quando entrou no agronegócio: o desconhecimento do setor em que estava aterrissando.

“Não sabia o que era um palmo de terra” afirma ela, recordando o início da empreitada pessoal e profissional à frente da fazenda. Hoje com 72 anos, Cecília conta que “caiu de paraquedas” no agronegócio depois que o marido faleceu há cerca de 20 anos, deixando para ela a responsabilidade de criar os três filhos e dar continuidade ao trabalho na propriedade.



Elza Nakamura usou de diplomacia para vencer resistência dos funcionários

Na época em que se tornou viúva, era professora em um colégio particular da região e teve que aprender desde o início o bê-a-bá da lida na terra para tomar conta do que era seu. “Pensei: não vou dar minha propriedade para ninguém sem antes saber o que tenho em mãos”, recorda.

O desafio mostrou que ela era apta para a função de administradora, além de uma empreendedora nata. “Fui empreender sem nem saber o que era empreendedorismo”, lembra. À frente da propriedade em Florai (região de Maringá), onde cultiva grãos (soja e milho), ela foi em busca de novidades de manejo e tecnologia. Foi quando houve os primeiros atritos com funcionários. “Homem aceitar mulher mandando é difícil. O machismo ainda anda por aí”, diz ela. Pior ainda quando a chefe mulher traz novas formas de executar o trabalho.

As mudanças introduzidas por Cecília fizeram com que a fazenda aumentasse a produtividade. Ela conta que durante quatro anos testou diferentes tipos de sementes e adubos, até chegar à fórmula que lhe rendeu dois prêmios consecutivos em um concurso nacional da Syngenta, que mede a produtividade da soja nas lavouras brasileiras, atingindo a marca de 93 sacas por hectare.

Discriminação

A pesquisa também enumerou as principais dificuldades encontradas pelas entrevistadas pelo simples fato de serem mulheres. Nesse contexto, a discriminação de gênero ficou evidenciada quando 43% das participantes alegam já ter encontrado “dificuldades para que as opiniões sejam tomadas em consideração pelos empregados”. Outras 41%

Dificuldades encontradas pelo fato de ser mulher (em %)



Fonte: Perfil da Mulher do Agronegócio Brasileiro – 2016



Jussara Bittencourt diz que o agronegócio é uma tradição da família

tiveram “dificuldades para que as opiniões sejam tomadas em consideração pelos seus pares, colegas”.

No caso da produtora Elza Nakamura, 54 anos, de Londrina, foi necessária diplomacia para vencer situações como essas. Ela conta que quando começou a cuidar dos financiamentos da atividade, passou a lidar com os bancos, função que era do marido anteriormente. Na propriedade existe produção de grãos, hortaliças e laranja, mas quando ela ia negociar, notava que outros produtores homens furavam a fila da gerência. “Eu tinha que ficar de olho, que o gerente só chamava os homens”, lembra.

Elza também via a face do preconceito quando precisava lidar com trabalhadores temporários que atuavam na colheita de laranja. “Quando era uma mulher que pedia alguma coisa, eles faziam cara feia. Mas com jeitinho a gente tira isso de letra”, afirma a produtora, que é a única da família que contrata e até demite os trabalhadores quando necessário.

Atualmente, ela afirma que esse tipo de situação é cada vez mais rara. “Têm muitas mulheres atuando em posições de chefia no agronegócio.” Mas afirmar que as oportunidades no campo são iguais para homens e mulheres, segundo ela, é “demagogia”.

Produtoras por vocação

Outro ponto avaliado na pesquisa da PwC/Abag foi como as entrevistadas tornaram-se produtoras rurais. Se houve uma herança programada neste processo, se elas decidiram empreender por conta adquirindo a terra, ou se a experiência veio do compartilhamento das atividades com o marido.

“Faz mais de 100 anos que estou no agronegócio”, diverte-se a produtora Jussara Bittencourt, 65 anos, ao contar que a família atua no segmento desde que seu bisavô adquiriu a propriedade em Castro, nos Campos Gerais, em 1912.

Aposentada, ela conduziu durante décadas a propriedade onde hoje há produção de grãos e bovinocultura de leite. Seu perfil arrojado e comunicativo fez, segundo Jussara, com que nunca se sentisse excluída das decisões pelo fato de ser mulher. “Sou briguenta, muito falante, então nunca me senti deixada de lado”, avalia.

Na sua opinião, a predominância masculina nas instâncias mais altas de decisão do universo agro deve-se a uma questão cultural. “Há um estímulo para o homem sair de casa, enquanto que a mulher é estimulada a ficar. Sinto que é isso que segura as mulheres”, observa.



Júlia Mendes conta que a família sempre trabalhou a sucessão nos negócios

deixar um pouco a vivência próxima dos filhos, saía muito cedo pra roça e, às vezes, voltava tarde, mas nunca deixei de dar o acolhimento necessário. Consegui conciliar tudo isso”, afirma a produtora, que foi a primeira mulher a fazer parte da diretoria e do conselho fiscal da cooperativa Cocamar e hoje atua na diretoria da Sociedade Rural de Maringá. “Estou liderando a mulherada.”

Para a produtora Júlia Mendes, de Palmeira (Campos Gerais), apesar da presença maior de homens no agronegócio, as mulheres estão conquistando cada vez mais espaços. Sexta geração de fazendeiros, ele conta que a família sempre trabalhou a sucessão familiar, colocando ela e as duas irmãs a par dos negócios. “Desde pequena já aprendia como funcionavam as coisas na fazenda”, lembra.

Aos 30 anos, Júlia é diretora-técnica do Grupo Araucária – Associação de Produtores de Terneiros Angus, entidade que presidiu até 2015. Com uma rotina repleta

de viagens a feiras, exposições e eventos pecuários, ela diz acreditar que a maternidade poderia ser um limitador. “Mas dá pra conciliar”, afirma. Para enfrentar o machismo que pode existir, ela tem uma fórmula. “Se você mostrar competência e profissionalismo, vai garantir seu lugar.”

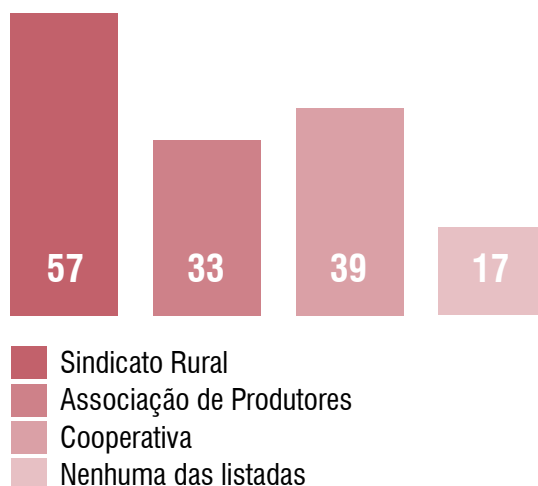
Também pesaria contra a participação feminina no agronegócio o aspecto familiar. “Cada vez que a mulher assume uma atividade fora de casa, ela já divide o tempo da família com a produção e dilui esse tempo mais uma vez quando assume uma atividade de liderança”, afirma Jussara.

A produtora sabe do que fala. Foi integrante do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná (Conseleite) por sete anos, vice-presidente do Sindicato Rural de Ponta Grossa e integrante do conselho gestor da Área de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana. Também participou do Programa de Desenvolvimento de Liderança Feminina da cooperativa Frísia. Apesar da participação ativa em atividades de liderança, Jussara sente-se contemplada por ter tido tempo para dedicar-se à criação dos filhos quando estes eram pequenos.

Já a produtora Elza Nakamura afirma que até um tempo atrás sentia-se um pouco culpada por não ter podido dar a atenção que gostaria aos filhos quando estes eram pequenos. “Hoje não penso mais assim, mas sei que é uma questão que preocupa muitas mulheres.” Há 15 anos, Elza participa do núcleo feminino da cooperativa Integrada, na qual convive com diversas produtoras. Nesse tempo, ela conta que observou uma mudança no perfil das cooperadas. “Eu vejo que as mulheres hoje estão fazendo mais cursos, estão ficando mais preparadas e mais seguras”, avalia.

Outra que precisou dividir a atenção da família com a atividade rural foi Cecília Falavigna. “Fui obrigada a

Participação em entidades (em %)



Fonte: Perfil da Mulher do Agronegócio Brasileiro – 2016

Gestação coletiva

Sistema reúne práticas que visam o bem-estar, conforto, saúde e produtividade do animal

Por Hemely Cardoso



Eduardo Dykstra adotou o sistema em sua granja com 750 matrizes

De olho no mercado suíno e preocupado com o bem-estar dos animais, o produtor rural Eduardo Dykstra, de Carambeí, na região dos Campos Gerais, implantou no ano passado o sistema de gestação coletiva para as 750 matrizes da sua granja. Em cada baia, entre quatro e oito fêmeas são alojadas, se alimentam individualmente, por meio de um sistema automatizado, e consomem em torno 2 quilos de ração por dia.

A gestação coletiva de matrizes suínas consiste no alojamento em baias, nas quais as fêmeas têm espaço para exercer atividades durante a maior parte do período de gestação, que duram em média 114 dias. A tecnologia se tornou uma exigência difundida no mundo. Reúne práticas que visam o bem-estar dos suínos, melhoram o conforto, saúde e produtividade do animal, assim como o manejo da granja.

Em vez de serem mantidas em celas (gaiolas) individuais, as matrizes permanecem a maior parte da vida em grupo. Assim, elas se movimentam mais, o que reduz o estresse e melhora o tônus muscular, favorecendo o par-

to e diminuindo as lesões de articulações, pele, cascos e infecções urinárias.

De acordo com o produtor, a tecnologia foi adotada na sua granja para atender às exigências e recomendações do mercado internacional. “Acredito que quem não se adaptar vai ficar fora desse mercado. Esse sistema oferece uma série de vantagens porque as matrizes ficam menos estressadas e resulta em qualidade da carne, com a redução de perdas econômicas. Por meio da gestação coletiva, consegui aumentar a taxa de prenhez de 90% para 92%”, afirma Dykstra. Ele é um dos 44 suinocultores associados à cooperativa Frísia, ex-Batavo, com sede em Carambeí.

O produtor rural Reny Gerardi de Lima, de Pato Branco, região Sudoeste do Paraná, também implantou o sistema de gestação coletiva. Em sua propriedade, na qual tem um plantel de 800 matrizes, Lima adotou há dois anos o sistema minibox, com alimentadores automatizados. Em cada baia, um grupo de 50 fêmeas consome individualmente 2,5 quilos de ração por dia.

Desde que adotou a tecnologia da gestação coletiva, Reny Lima, que também é presidente da Comissão Técnica de Suinocultura da FAEP, conta que as fêmeas desenvolvem uma gestação mais tranquila. “Na nossa granja ocorreu uma redução nas lesões de casco e paleta e maior produtividade. Como elas se movimentam mais, fortalecem o sistema músculo-esquelético, o que acaba aumentando a vida útil delas”, avalia o produtor.

Há 37 anos, Reny cria leitões de 8 a 8,5 quilos em uma de suas granjas e, na outra, trabalha com o ciclo completo. Pelas contas dele, para adaptar as propriedades ao sistema de gestação coletiva, os investimentos somaram entre R\$ 1 mil e R\$ 1,2 mil por fêmea.

Economia

Com um investimento de R\$ 250 mil, financiados pelo Banco do Brasil, há dois anos o produtor rural Ary Pedro Longo, de Chopinzinho, no Sudoeste paranaense, também implantou o sistema de minibox em sua granja de 850 matrizes.

Entre uma baia e outra, 32 fêmeas consomem diariamente 2,5 quilos de ração nos comedouros automáticos. Além do bem-estar animal, Ary afirma que a tecnologia resultou em uma economia de 50% na contratação de mão de obra e tempo para alimentar os animais. “No antigo sistema tinha 12 funcionários para cuidar das granjas. Hoje, esse número caiu para a metade, sem contar que a distribuição de alimentos levava uma hora, algo que ocorre em cinco minutos com o uso dos comedouros automatizados”, diz Ary Longo.

Pelas contas do produtor, o recurso investido será pago no prazo de cinco anos. “É um investimento que compensa e se paga com a redução da contratação de mão de obra”, explica.

Legislação

Atualmente, a gestação individual ou em celas (gaiolas) é o sistema de alojamento na fase gestacional que predomina no país. O modelo se caracteriza pela fixação no piso de concreto de grupos de celas metálicas conectadas entre si, com fornecimento de água e ração por meio de um bebedouro/comedouro linear.

O tamanho das celas de gestação no Brasil varia de 60 a 70 cm de largura, 1 a 1,1 metro de altura e 2 a 2,1 metros de comprimento incluindo a área ocupada pelo bebedouro/comedouro. Neste formato, o conforto das matrizes alojadas pode ser comprometido.

O modelo de gaiolas individuais era utilizado para reduzir os abortos e controlar individualmente a alimentação das

matrizes. A modernização dos equipamentos para a alimentação e a evolução das pesquisas sobre a reprodução das fêmeas contribuíram para a reavaliação do uso das celas individuais.

O sistema de baias coletivas no Brasil ganhou força nos últimos dois anos. O médico veterinário Cleandro Pazinato Dias, consultor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que acompanha a questão de bem-estar na suinocultura nacional há 10 anos, explica que algumas empresas assumiram o compromisso com o mercado de implantar o modelo em todas as granjas até 2026.

“O fomento da prática é essencial para a sustentabilidade da suinocultura nacional. Os demais competidores e grandes produtores de suínos no mundo já anunciaram a mudança de sistema produtivo e não podemos ficar atrás. O Brasil tem condições ambientais de favorecer um alto grau de bem-estar aos animais de produção, mas o desenho dos sistemas produtivos e qualificação da mão de obra são essenciais para que o alto grau de bem-estar dos animais de produção seja realidade”, afirma Pazinato.

A Europa foi o primeiro bloco econômico a restringir o uso das celas individuais em 2008 e este novo conceito produtivo foi seguido por outros países, como Nova Zelândia, Austrália, Canadá e alguns estados norte-americanos.

Em 2013, o Mapa e a direção-geral da Saúde da Proteção do Consumidor da Comissão Europeia (DG-SANCO) assi-



Ary Longo conta que o investimento será pago em cinco anos

naram o Memorando de Entendimento Administrativo sobre Cooperação Técnica na Área de Bem-estar Animal. O acordo trata de questões de bem-estar animal por meio de diálogo e de intercâmbio regular de informações técnico-científicas.

Uma das dificuldades para a implantação da tecnologia no país é a falta de estudo oficial sobre os impactos da gestação coletiva nas granjas brasileiras. Diante desta questão, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Suínos e Aves, sediada em Santa Catarina, assinou termo de cooperação técnica com o Mapa para avançar nas pesquisas com o uso da tecnologia, principalmente sobre os custos de implantação das baias coletivas.

Na busca de soluções próprias para Brasil, a empresa iniciou uma pesquisa em Goiânia (GO) em novembro do ano passado. Segundo o pesquisador da Embrapa Osmar Antonio Dalla Costa, o principal objetivo do estudo é analisar os custos de instalação das baias nos protocolos nutricionais na comparação com o sistema convencional. “Estamos levantando o impacto dos custos nas estações

de alimentação”, observa Dalla Costa, responsável pela pesquisa nas áreas de manejo pré-abate, bem-estar e qualidade de carne de suínos.

O Brasil não tem uma legislação específica sobre a gestação coletiva. Até o momento existem iniciativas voluntárias firmadas, principalmente, por meio de compromissos firmados entre as agroindústrias brasileiras exportadoras e seus clientes.

Desde o ano passado, a Comissão Técnica de Suinocultura da FAEP vem trabalhando na questão com o objetivo de orientar os suinocultores paranaenses. “Um dos gargalos para implementação da gestação coletiva no Brasil é o alto investimento que dificulta a adoção da tecnologia por grande parte dos produtores rurais. Faltam estudos econômicos sobre os diferentes modelos tecnológicos que poderiam ser adotados. Isso contribuiria para um direcionamento do setor sem provocar a exclusão dos produtores rurais com limitações de investimentos”, afirma o médico veterinário Nordon Rodrigo Steptjuk, do DTE/FAEP.

Granja modelo

De olho no mercado crescente, a cooperativa Frísia inaugurou, em 2015, uma das granjas mais modernas na América Latina. Segundo o gerente de negócios da cooperativa, Mauro Sergio Souza (foto abaixo), os investimentos somaram R\$ 50 milhões para a instalação da Unidade Produtora de Leitões (UPL), com capacidade para o abate de 9 mil animais por dia. “Nós seguimos as legislações internacionais de bem-estar. Os animais permaneceram em baias amplas e coletivas, com climatização, durante

todo o período de gestação”, destaca Souza.

A UPL funciona como granja de reprodução e produtora de leitões, com um plantel de 4,5 mil matrizes. Pelo sistema de gestação coletiva, um grupo de 130 fêmeas é alojado em uma baia e cada uma delas possui um chip na orelha. Os animais são alimentados por meio de uma máquina, que permite a entrada de uma fêmea por vez, assegurando a proteção da mesma enquanto ela se alimenta, evitando a competição neste momento. A privacidade, segundo Souza, garante tranquilidade durante a alimentação e reduz os desperdícios de ração.

O equipamento também pode ser regulado para identificar os animais que não se alimentam (enfermos ou não), registra o interesse das fêmeas pelos machos facilitando a detecção do estro, identifica as matrizes que devem ser vacinadas e segrega os grupos que devem ser transferidos para maternidade. O sistema, garante Souza, facilita o manejo, reduz a mão de obra na gestação e melhora as condições de trabalho das equipes.

“Estamos fazendo parte de uma geração de grandes mudanças no mundo e especialmente na suinocultura nacional há um grande desafio, em relação ao modelo de produzir e como manejar os animais com bem-estar mantendo a produtividade”, afirma Souza.



Terceirização contribui com a agropecuária

Relações de trabalho no campo têm peculiaridades. Mudanças devem permitir avanços na agricultura de precisão no país



Os direitos dos trabalhadores permanecem garantidos pela legislação trabalhista.

No campo, a terceirização pode tornar a atividade mais rentável, com melhor aproveitamento de maquinários. Após a atividade na propriedade, os equipamentos podem ser locados, permitindo o retorno do dinheiro investido. O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, afirma que esses equipamentos se tornam acessíveis também para os menores produtores, que não teriam como investir um capital tão alto numa colheitadeira, mas agora poderão locar o equipamento com maior economia e menor tempo. “Um pequeno

Após mais de uma década de discussão, o Projeto de Lei (PL) 4.302/98 foi aprovado na Câmara dos Deputados, no dia 22 de março, e aguarda a sanção presidencial. O texto-base libera a terceirização das atividades-fim em empresas, inclusive na administração pública. O PL recebeu 231 votos a favor e 188 contrários.

O projeto foi elaborado durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), encaminhado à Câmara em 1998 e aprovado no Senado em 2002. Deputados contrários ao projeto criticaram a votação da proposta 15 anos depois e chegaram a defender a apreciação de outro texto, em tramitação no Senado, que trata do tema.

Para os produtores rurais, a medida é benéfica. A nova legislação vai regulamentar as atividades nas propriedades, levando em consideração que as relações de trabalho no campo têm peculiaridades diferentes das da cidade. Hoje, por exemplo, sem a definição clara de atividade-fim, o produtor não pode terceirizar o serviço de colheita ou plantio devido ao risco de sofrer penalidades impostas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

ou até mesmo médio produtor pode comprar uma máquina dessas que são lançadas atualmente, que custam em torno de R\$ 1 milhão? Agora poderá ter acesso a novas tecnologias sem ter que investir este montante, apenas contratando os serviços de terceiros”, explica.

“Assim, podemos acompanhar a realidade de outros países, como a nossa vizinha Argentina e os Estados Unidos, que estão mais avançados em termos de agricultura de precisão por ser permitida a terceirização”, complementa.

O alto custo da mão de obra exige do produtor rural o investimento em tecnologia para que a produção continue rentável. “Vimos isso em propriedades dos Estados Unidos e do Canadá em viagens técnicas realizadas a esses países”, conta Meneguette.

Para o setor, a terceirização também abre a possibilidade do surgimento de empresas especializadas, criando um nicho de mercado. “São empresas de serviços que podem contratar uma mão de obra mais qualificada e contribuir num momento crucial da economia”, afirma Meneguette.

Meneguette assume o Conselho Deliberativo do Sebrae-PR

Presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR vai comandar a instituição até o fim de 2018



Novo Conselho Deliberativo do Sebrae-PR tem a responsabilidade de formular diretrizes para micro e pequenos empreendedores

O Sebrae-PR elegeu, no dia 20 de março, o novo presidente do Conselho Deliberativo, que comandará a entidade até o final de 2018. O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, foi eleito e assumiu a presidência do Conselho Deliberativo do Sebrae-PR no lugar de Edson Campagnolo, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). O Conselho do Sebrae-PR, responsável por formular as diretrizes de apoio ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas paranaenses, é formado por representantes de 13 entidades do setor produtivo, instituições de crédito

e poder público, que se alternam no comando.

Eleito, Ágide Meneguette, falou em continuidade e seguir as diretrizes do Sistema Sebrae. “Agradeço a confiança dos conselheiros e reafirmo que a prioridade é continuar o trabalho até aqui realizado de maneira tão profissional pela casa. O caminho é esse que os conselheiros já aprovaram e vamos executar o planejamento do Sebrae-PR, pensando na causa dos pequenos negócios”, apontou Meneguette, que já presidiu o Conselho de 2003 a 2006.

Depois da eleição, Ágide Meneguette conduziu os

trabalhos e nomeou Darci Piana, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio-PR), para ser seu vice-presidente do Conselho e coordenador do G7, grupo formado por representantes de entidades do setor produtivo paranaense que trabalha ações em conjunto em prol do desenvolvimento do Estado.

“Parabenizo o Ágide pela eleição e agradeço por me confiar essa função. Serei um soldado do presidente e vou levar a tranquilidade que o G7 precisa. O mais importante nesse cenário é o respeito aos interesses do setor produtivo”, ponderou Piana.

O diretor superintendente do Sebrae-PR, Vitor Roberto Tioqueta, em nome da equipe do Sebrae-PR e da diretoria executiva, composta por ele, Julio Agostini e José Gava Neto, enalteceu a liderança do presidente Ágide, que demonstrou disposição em continuar o trabalho da entidade com atuação territorial e foco em ambiente de negócios, educação empreendedora, lideranças e no desenvolvimento de empresas no Estado. Em 2016, o Sebrae-PR atendeu 155,3 mil micro e pequenas empresas em todo Paraná.

“O Sebrae-PR está otimista com resultados e na sequência de seu trabalho, pois temos em nosso conselho entidades idôneas e efetivas nos seus setores. A liderança do Ágide Meneguette vai nos ajudar a cumprir nossa missão de promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e estimular o empreendedorismo”, ponderou Tioqueta.

Com modelo de gestão compartilhada, o Conselho Deliberativo do Sebrae-PR é formado por representantes de segmentos do setor produtivo, instituições de crédito e poder público. As 13 entidades que compõem o Conselho são: Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; Citpar; Sistema FAEP/SENAR-PR, Faciap; Fampepar; Fiep; Fecomércio-PR; Fomento Paraná; Sebrae Nacional; Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; Ocepar e UFPR.

Governador

Após a posse no Sebrae-PR, Ágide Meneguette e Darci Piana participaram de uma audiência com o governador Beto Richa no Palácio Iguazu. No encontro, Piana disse que o maior desafio ao assumir o G7 será enfrentar o momento de crise no Brasil. “Nós todos sabemos das dificuldades por que passa o país. Meu papel, aqui na entidade, é proteger as classes produtoras nesse cenário e fazer esforço grande para ajudá-las a gerar renda e mais empregos”, afirmou.

O governador disse na reunião que as portas do governo estão abertas para ouvir as propostas que garantam o desenvolvimento do Estado. “É importante ouvir a demanda do empresariado paranaense, que tem um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico do Paraná. Temos trabalhado assim desde o início de minha gestão, o que tem trazido resultados positivos para o Paraná, e vamos manter essa estratégia.”



Darci Piana, Beto Richa e Ágide Meneguette em reunião no Palácio Iguazu

Os novos reis da pera

Casal Jaime e Nair Klenk produz mais de 500 toneladas da fruta, comercializada em praticamente todas as regiões do Estado

Carlos Guimarães Filho

Há quase duas décadas, ninguém poderia imaginar que a terra coberta com batatas do casal Jaime Henrique Klenk e Nair Brongiel, na Lapa, Região Metropolitana de Curitiba (RMC), daria lugar ao maior pomar de pera do Estado. Mais, que os produtores, responsáveis pela colheita de mais de 500 toneladas do fruto a cada safra, ocupariam o posto de novos reis da pera, desbancando João Brongiel, pai de Nair, envolvido com fruticultura há mais de 50 anos.

A opção por produzir pera na propriedade na Lapa aconteceu por uma necessidade. Em meados de 1995, com a crise na economia brasileira e as mudanças na moeda do país, de Unidade Real de Valor (URV) para o atual Real, Jaime acabou sucumbindo na bataticultura, negócio que tocava em parceria com o pai.

A salvação veio do sogro, que plantava pera há décadas, dominava o manejo e técnicas e ofereceu algumas mudas para o início da produção. “Na época, ele deu algumas mudas para começarmos, já que tínhamos a terra.

13 mil

pés estão espalhados na propriedade dos novos reis da pera na Lapa. João Brongie, ex-rei da fruta, já teve pomar deste tamanho.



Eu viajava para Itaiópolis (em Santa Catarina, onde fica a propriedade do sogro) para aprender sobre a cultura”, lembra Jaime.

Apesar da assessoria especializada do sogro, que ainda mantém cerca de 6 mil pés na propriedade localizada no Estado vizinho, o início da produção foi desafiador. Em 2006, os milhares de pés de peras, que dividiam espaço com pêsego nos 48 hectares – a mesma área de hoje –, renderam apenas 12 caixas de 10 quilos do fruto em formato de lâmpada. Porém, com o passar dos anos e o vingar da cultura, os pés da fruta de caroço foram substituídos por novos de pera. Hoje, mais de 13 mil árvores fornecem diversas variedades de pera, como asiática, branca, Tsu-li, abacaxi, entre outras.

“Tem comprador para cada qualidade. Essa diversificação permite abrir o leque de compradores”, diz Nair. “Tem árvore com três, quatro enxertos. Ou seja, um mesmo pé dá diferentes frutos”, complementa Jaime.

1,050 quilo

é o peso que pode chegar o fruto. As peras deste tamanho são separadas para clientes pontuais, pois não interessam aos mercados

Comercialização

Adquiridas as técnicas de manejo da cultura, o desafio do casal passou a ser a comercialização da fruta. A grande quantidade, cerca de 50 mil caixas de 10 quilos por safra, não poderia ficar restrita ao interesse de vizinhos e amigos de Contenda, também na RMC, onde o casal mora.

Os primeiros clientes foram os boxes da Central de Abastecimento do Paraná (Ceasa) em Curitiba. “Como tem muito atravessador, acabava sobrando pouco para nós”, ressalta Nair. O desafio seguinte foi entrar em uma grande rede de supermercado, cumprido em dobro.

Hoje, as peras Brongiel & Klenk estão nas gôndolas das lojas da rede Condor, em Curitiba, Lapa, Araucária, Paranaguá, Apucarana, Maringá, Londrina e Cascavel, e em dezenas de lojas da rede Cidade Canção, espalhadas pelo Paraná. O fruto também é entregue para Sacolões da cidade e região. Em média, os produtores recebem R\$ 1,5 por quilo, podendo chegar a R\$ 3, dependendo da variedade.

Mesmo assim, o casal tem excedente de cerca de 20 mil caixas. “Temos sobra de produto e a produção está aumentando a cada ano. Precisamos expandir as vendas de forma urgente”, reforça Nair. “Demorou a pegar o jeito com o fruto, mas aprendemos a deixá-lo saboroso. Agora precisamos aprender a vender e fazer marketing”, complementa.

A ideia do casal é, com o término da colheita em abril, percorrer outras regiões do Paraná para apresentar o produto, e tentar garantir clientes para a próxima safra, que começa em dezembro. Esse trabalho será realizado em forma conjunta com os cuidados com o pomar, que não pode ser deixado de lado, pois exige poda constante das árvores e tratamento do solo para evitar pragas.

15 pessoas

trabalham diariamente na época de colheita, entre dezembro e abril



Nair e Jaime na área de seleção das frutas



Projetos futuros

O marketing, entre outras ações, está no horizonte de curto/médio prazo de Jaime e Nair. O casal reconhece que a marca “Brongiel & Klenk” é difícil de ser fixada pelos clientes. “Até mesmo os compradores têm dificuldade de escrever”, conta Nair, responsável pelos negócios externos, enquanto Jaime cuida do manejo da fruticultura.

A ideia é desenvolver uma marca mais fácil de ser aceita pelo público, já que a fruta em si conquista na primeira mordida. Para isso, o casal conta com a ajuda da filha mais velha Isabella, que já demonstrou interesse em entrar no negócio. “O pessoal não conhece. Falta divulgação”, reconhece a produtora, que também auxilia na seleção dos frutos em dias com muitas entregas.

A filha, que está terminando a faculdade em Curitiba, também ajudaria na parte administrativa e nas vendas, pois ficaria no escritório. Como não há internet na propriedade, afastada cerca de 30 quilômetros da Lapa, al-

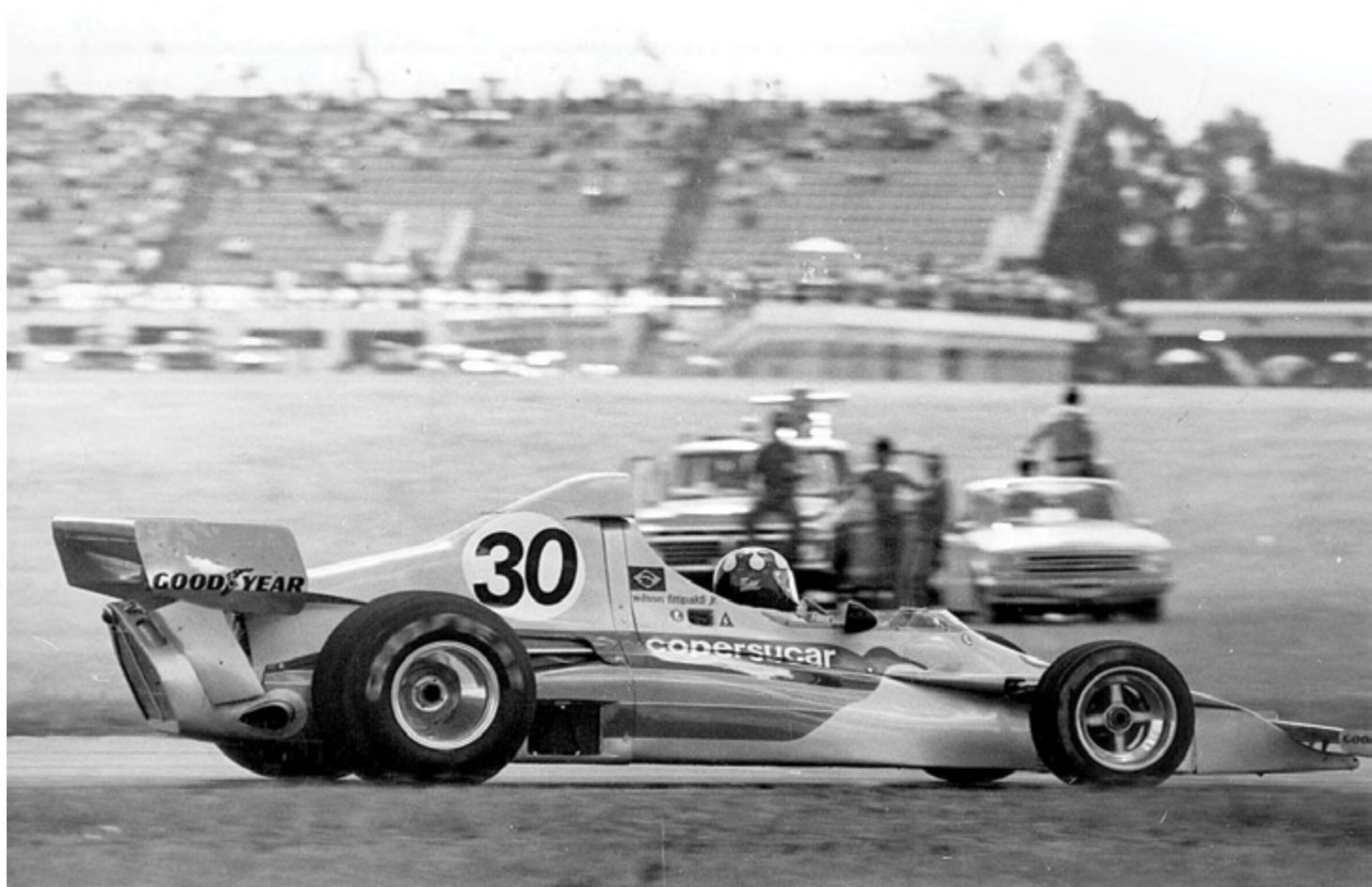
guns negócios acabam sendo perdidos. “Semana passada mesmo perdi duas vendas, que só vi à noite, quando cheguei em casa, pois os pedidos foram realizados por WhatsApp”, lamenta Nair.

Além disso, existe o projeto de comprar uma câmara fria para estocar as frutas e, conseqüentemente, aumentar a vida útil. Uma área acondicionada para o armazenamento ajudaria na logística e na programação. “Às vezes, o mercado faz o pedido, ao meio-dia, de mil caixas para as 17 horas. É uma loucura para atender”, diz Jaime, ciente do papel que uma câmara fria terá no negócio. “Estamos analisando, pois quanto mais cedo colher, menor é o prejuízo com o clima e passarinhos”, complementa.

Outro projeto, ainda em desenvolvimento, é desidratar a pera para vender como fruta seca, uma tendência saudável entre os consumidores. Os primeiros testes foram aprovados pelos amigos. Porém, para evoluir neste segmento, o casal teria que adquirir uma máquina maior. A atual, emprestada pelo pai de Nair, é de pequena capacidade.

O sonho dos Fittipaldi

Copersucar foi a única escuderia brasileira a competir na Fórmula 1. Resultados pouco expressivos tornaram a equipe motivo de piadas no país





Emerson e Wilsinho Fittipaldi testando protótipo do carro



Pódio do GP do Brasil de 1978 em Jacarepaguá

Desde os anos 1970, os brasileiros se acostumaram a acordar cedo aos domingos para acompanhar corridas de Fórmula 1. A paixão por carros é antiga no Brasil e as vitórias de Emerson Fittipaldi, Nelson Piquet, Ayrton Senna, José Carlos Pace, Rubens Barrichello e Felipe Massa, só para citar os pilotos que venceram provas na história da competição (101 no total), contribuíram para tornar o esporte mania nacional e seus competidores, ídolos no país.

Os títulos de Fittipaldi em 1972 e 1974 foram fundamentais para incentivar o surgimento de novos e talentosos pilotos brasileiros. Três vezes campeão (1981, 83 e 87), Piquet mostrou que os pilotos nacionais tinham, além do talento, capacidade de regular motores como poucos. Já a obstinação de Senna, também tricampeão (1988, 90 e 91), e suas vitórias sob chuvas torrenciais alçaram o competidor à categoria de ídolo e orgulho nacional.

Mas mesmo em um esporte tão valorizado e conhecido em todos os cantos do país, a história da primeira e única escuderia brasileira que participou de campeonatos de Fórmula 1 é menosprezada e motivo de chacotas ainda hoje.

A Copersucar-Fittipaldi estreou no Grande Prêmio da Argentina, em 12 de janeiro de 1975. A escuderia nasceu do sonho do irmão de Emerson, Wilson Fittipaldi Jr, o Wilsinho, de criar o primeiro carro montado no Brasil. Para ajudar à equipe, Emerson, que havia conquistado o campeonato de 1974, largou a McLaren

no meio do campeonato de 1976 e passou a competir pelo time da família.

O melhor momento da escuderia foi o segundo lugar no GP do Brasil de 78, disputado em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, conquistado por Emerson. Ao todo, a Fittipaldi disputou oito temporadas (a última foi em 1982) e seus carros largaram em 104 provas. Em sua breve história da Fórmula 1, o time somou 44 pontos (a pontuação era diferente da atual). Além de Wilsinho e Emerson, pilotaram pela equipe o finlandês Keke Rosberg (campeão mundial em 1982 e pai do atual campeão da categoria, Nico Rosberg), o mexicano Arturo Merzario, e os brasileiros Ingo Hoffmann, Chico Serra e Alex Dias Ribeiro.

Os resultados pouco expressivos contribuíram para a equipe virar motivo de piada no país, o que culminou com a perda de patrocinios e a inviabilidade de manter nas pistas o sonho dos irmãos Fittipaldi. A frustrada iniciativa brasileira também prejudicou a carreira de Emerson, que acabou perdendo espaço na Fórmula 1 e só reconquistou o merecido reconhecimento com o título na Fórmula Indy, em 1988, nos Estados Unidos. Passados 35 anos do último campeonato de Fórmula 1 disputado pela única escuderia brasileira, a categoria vem perdendo fãs a cada ano no país. Antes o sonho de todo aspirante a piloto do Brasil, a atual temporada de F1 tem apenas Felipe Massa para manter o legado brasileiro na principal categoria de automotores do mundo.

Origem rural

Wagner Luiz Oliveira Martins, mais jovem prefeito do Paraná, participou do Programa Agrinho em 1999



Wagner Luiz sonha retomar o Agrinho nas escolas de Ribeirão do Pinhal

A roupa social alinhada, o sapato lustrado e a presença constante em gabinetes e escritórios passam, numa primeira análise, a impressão de que Wagner Luiz Oliveira Martins é uma pessoa urbana. Ledo engano. O prefeito de Ribeirão do Pinhal, no Norte Pioneiro do Paraná, é um cidadão com origem no meio rural.

O primeiro contato de Wagner com o campo ocorreu, em 1999, por meio do Agrinho, desenvolvido há 21 anos pelo Sistema FAEP/SENAR-PR. Aos 8 anos, o então garoto participou do programa, na categoria redação, com um texto sobre o uso correto de agroquímicos.

“O programa é muito importante e dinâmico, tira o aluno da rotina. Lembro que, na época, fiz visitas em propriedades para conhecer a realidade do produtor”,

diz Martins, que lamenta não ter conseguido viajar a Curitiba, na época, para a festa de encerramento, quando os vencedores de cada categoria são revelados.

Alguns anos depois, a família abriu um comércio agropecuário no centro do município, no qual Martins trabalhava. O serviço atrás do balcão permaneceu até o final de 2016, quando foi eleito prefeito de Ribeirão do Pinhal, pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS), com 39,10% dos votos, para a gestão de 2017 a 2020.

“Fui um dos primeiros funcionários da agropecuária da família. Lá permaneci até entrar na política. Hoje é meu pai que toca o negócio. Mas tenho ótimas recordações”, relembra o prefeito, o mais jovem no cargo no Paraná.



Ribeirão do Pinhal tem perfil agropecuário

Ribeirão do Pinhal tem a proposta de criar uma Central de Abastecimento do Paraná (Ceasa) na cidade. “A maior dificuldade dos produtores é vender a produção. A cooperativa facilitaria esse processo e a Ceasa, por exemplo, poderia vender para outras cidades da região, como Nova Fátima, Santa Amélia, Santo Antônio da Platina, Joaquim Távora, entre outras. Existe demanda”, garante o prefeito. “A Ceasa é um pedido antigo dos produtores e está no plano de governo.”

Infraestrutura

Outro problema que acomete os produtores de Ribeirão do Pinhal é a falta de infraestrutura para escoar a produção. Parte dos 400 quilômetros de estradas rurais do município está em péssimo estado de conservação. Porém, a partir de abril, esse cenário deve começar a mudar, ao menos parcialmente.

“Das dez cidades da região, apenas Ribeirão do Pinhal e Santa Amélia não foram contempladas com os serviços da Patrulha Rural na gestão estadual passada. Conseguimos

recursos para começar os trabalhos em abril”, comemora o prefeito. Junto ao maquinário cedido pelo Estado, seis máquinas do município ajudarão no serviço.

Agrinho

Ainda dentro do cenário rural, Martins planeja retomar o Agrinho na cidade, parado desde 2015. No ano passado, nenhuma das cinco escolas municipais e quatro Centro Municipal de Educação Infantil (Cemei) utilizou o material didático e, por consequência, não inscreveram trabalhos no programa.

“O Agrinho vai ao encontro da realidade do município, que é essencialmente rural. Vamos replantá-lo na cidade. Já estamos em contato com os professores e o Sindicato Rural, que é bastante atuante. Pelo menos uma parte das escolas irá retomar ainda em 2017”, diz Wagner.

No período entre 2007 e 2015, até a interrupção do Agrinho na cidade, 161 trabalhos, entre redações e desenhos, foram inscritos por alunos de Ribeirão do Pinhal.

Economia local

Os conhecimentos rurais adquiridos durante as experiências do passado têm impacto direto nas decisões e projetos como prefeito. Ribeirão do Pinhal tem um perfil agropecuário, e depende dos resultados do setor para movimentar a economia local. “47% da base da economia do município são agricultura”, aponta Martins. “Isso aumenta a necessidade de projetos de incentivo ao setor”, complementa.

No passado, o café era o principal produto da região. Porém, após a famosa Geada Negra de 1975, que dizimou os cafezais, o campo passou por uma transformação e diversificação, apostando em culturas como a soja, milho, feijão, arroz e algodão, além da pecuária.

Para alavancar o agronegócio local, Martins tem uma série de projetos engatilhados. O primeiro seria transformar a associação de produtores rurais em uma cooperativa, o que facilitaria a venda dos produtos. Ainda no campo da comercialização da produção, a Prefeitura de

Alexandre Jacewicz, especialista em sanidade animal, morre aos 80 anos

FAEP lamenta o falecimento e destaca a importância do trabalho e as conquistas do profissional para o Estado



O médico veterinário Alexandre Antonio Jacewicz, que por 15 anos integrou, como consultor, o Departamento Técnico e Econômico DTE/FAEP, faleceu no dia 16 de março, em Curitiba, aos 80 anos. De 1994 a 2009, Jacewicz teve papel de destaque nas conquistas do Estado na área de sanidade animal.

“O Jacewicz desempenhou um papel muito importante ao longo dos anos de casa. Ele era um ótimo profissional e uma pessoa muito atenciosa. O setor animal, no âmbito da sanidade, deve muito ao trabalho dele”, destaca o presidente da FAEP, Ágide Meneguette. “Ele era um dos melhores profissionais que o país teve nesta área.

Hoje, se o Paraná tem esse nível de sanidade animal, deve muito ao trabalho do Jacewicz”, destaca Carlos Augusto Albuquerque, assessor da presidência da FAEP, que por anos ocupou o cargo de coordenador do DTE.

Formado em 1961 em medicina veterinária pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Jacewicz assumiu o posto de fiscal federal agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no qual desenvolveu suas atividades até 1994. Posteriormente, passou a integrar o quadro de consultores da FAEP e também a prestar serviços para o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (Fundepec). Jacewicz participava das assembleias anuais da Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), Co-

missão Sul-Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa (Cosalfa) e Reunião Interamericana a nível Ministerial em Saúde e Agricultura (RIMSA).

“Ele tinha contatos com o mundo inteiro na área de sanidade. Era bastante atuante e competente”, diz Albuquerque. Além de um profissional exemplar, Jacewicz era um colega de trabalho participativo e atencioso, sempre disponível a colaborar. “Quando eu entrei na FAEP em 1999, o Alexandre já estava. Ele foi um excelente conselheiro e professor, sempre à disposição para dar dicas. Além disso, era uma pessoa amiga, descontraída e divertida”, relembra a engenheira agrônoma Elisangeles Souza, do DTE/FAEP.

SENAR-PR auxilia na criação de projetos para pesquisa

Chamada pública vai disponibilizar R\$ 12 milhões para propostas de conservação de solos e água



Consultor científico do SENAR-PR, Cleverson Andreoli

A chamada pública n.º 01/2017, da Fundação Araucária, que trata do Programa Paranaense de Apoio à Agropesquisa e Formação Aplicada em Rede, foi tema de um encontro na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, no dia 21 de março, que reuniu pesquisadores de várias regiões do Estado. Durante a reunião foram esclarecidas dúvidas em relação à apresentação de projetos ao programa.

A chamada pública da Fundação Araucária foi aberta no dia 24 de fevereiro e apoiará atividades de pesquisa e desenvolvimento em redes colaborativas para fortalecer o Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo), por meio da Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada.

O programa busca resgatar e difundir as práticas conservacionistas de solo e água, de modo a combater a erosão, a contaminação dos rios e outros problemas decorrentes do abandono de algumas boas práticas de manejo nas lavouras. Uma das linhas de ação desse programa é o

fomento à pesquisa de novas técnicas e tecnologias para beneficiar a agricultura e a pecuária paranaenses.

As propostas devem ser entregues até o dia 2 de maio e a documentação impressa até 9 de maio. O resultado será divulgado no dia 23 de junho. Lançado em agosto do ano passado pelo governo estadual, o programa tem apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR e outras entidades ligadas ao desenvolvimento rural.

Especialistas

Na reunião na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, especialistas em solo de universidades e instituições de pesquisa reuniram-se em grupos de acordo com

a região onde atuam. Foram formados sete grupos para planejar a elaboração de propostas alinhadas com a divisão em sete redes regionais de pesquisa.

“Aqui você está identificando a melhor tecnologia para cada região do Paraná, afinando as informações de natureza técnica com as necessidades locais”, observa o superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto. Segundo ele, é estratégica a participação da entidade neste processo, uma vez que as pesquisas contempladas na chamada pública irão balizar a construção de novos cursos e a atualização de outros já existentes. “Boa parte das tecnologias empregadas hoje merece revisão”, atesta Malucelli.

Os projetos vencedores terão quatro anos para executar as pesquisas propostas. Os recursos disponibilizados somam R\$ 12 milhões, sendo R\$ 6 milhões do SENAR-PR, R\$ 4 milhões da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) e R\$ 2 milhões da Fundação Araucária.

PRODUTOR RURAL

Cuidar bem do solo e da água é proteger o nosso maior patrimônio e garantir o futuro.

Procure a EMATER e faça sua adesão até 29 de agosto de 2017.

www.prosolo.pr.gov.br



PROSOLO
PARANÁ

PROGRAMA INTEGRADO DE
CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA DO PARANÁ

PARCEIROS



SISTEMA FAEP



PATROCINADOR



Expedição Safra

A Expedição Safra 2016/17 vai apresentar o balanço da temporada atual durante a ExpoLondrina, no dia 31 de março, no Parque de Exposições Governador Ney Braga, em Londrina. Durante o evento, serão apresentadas também as perspectivas para o ciclo 2017/18. O levantamento conta com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR.



Congresso de Zootecnia na AveSui

O II Congresso de Zootecnia de Precisão, que tem como tema principal “A Engenharia a Favor da Produção Animal”, será em 25 de abril e faz parte da programação da edição deste ano da AveSui, a maior feira de aves e suínos da América Latina, que ocorrerá em Florianópolis, de 25 a 27 de abril. O Congresso de Zootecnia vai reunir profissionais de diversos países para debater a automação na produção animal. A busca por um melhor controle das condições de produção, muitos agricultores estão direcionando seus investimentos em fazendas inteligentes e automatizadas, buscando reduzir as perdas no processo, aumentar a produtividade e promover o bem-estar animal.

Censo Agropecuário

O Censo Agropecuário deve ocorrer este ano, depois de ser adiado em 2016. O Diário da União publicou no dia 17 de março a autorização para a contratação temporária de 26.440 profissionais para a realização do Censo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Serão 19.013 vagas para posto de recenseador, 4.946 para agente supervisor, 1.285 para representante municipal, 381 para cargos administrativos, 375 para agente regional, 266 para analista censitário e 174 para agente de informática. As contratações serão feitas por meio de processo seletivo simplificado e a duração dos contratos será de até um ano, com possibilidade de prorrogação limitada a três anos.





CIANORTE

AGRICULTURA DE PRECISÃO

O Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, promoveu, entre os dias 1.º e 3 de março, o curso Introdução à Agricultura de Precisão. Participaram 16 trabalhadores rurais com o instrutor Lucas David Schemberger.



MANDAGUAÇU

DIA DA MULHER

No último dia 8 de março, o Sindicato Rural de Mandaguaçu promoveu evento comemorativo em referência ao Dia da Mulher e reuniu produtoras rurais em sua sede. Houve palestra com a instrutora Franciely Fernandes Azarias.



TIBAGI

PRIMEIROS SOCORROS

O Sindicato Rural de Tibagi realizou, em parceria com o Hotel Itagy e Agropecuária Tibagi, nos dias 10 e 11 de março, o curso de Primeiros Socorros. A turma, composta por 11 participantes – produtores e trabalhadores rurais –, teve como instrutor Fernando Jodas.



UBIRATÃ

JAA

O Sindicato Rural de Ubatã iniciou duas turmas do programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), que vão do dia 7 de março a 5 de julho de 2017. Participam 42 jovens com a instrutora Greice Alves Macena Massignan.



CAMPINA DA LAGOA

DIA DA MULHER

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou, em 10 de março, um evento comemorativo em referência ao Dia da Mulher. Participaram da comemoração 56 mulheres.



MARINGÁ

CERQUEIRO

O Sindicato Rural de Maringá iniciou, no dia 13 de março, o curso Cerqueiro – Construção de Cerca de Arame Farpado e Arame Liso. Participam oito pessoas com o instrutor Felipe Domanasky.



IVAIPORÃ

DIA DA MULHER

O Sindicato Rural de Ivaiporã promoveu no dia 10 de março, com apoio da Prefeitura de Ivaiporã, do Departamento de Cultura, Acisi Mulher, Emater e outras entidades, um evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Participaram 800 pessoas.



CAMPO MOURÃO

FRUTICULTURA

O Sindicato Rural de Campo Mourão promoveu, em 17 de março, em sua extensão de base no município de Iretama, o curso Trabalhador na Fruticultura Básica – Clima Temperado – Moranguero. Participaram 15 pessoas com o instrutor Sérgio Takashi Noguchi.

VIA RÁPIDA

Rua Dois

Um levantamento de 2012 indica que o nome de rua mais comum no Brasil na realidade é um número. Foram denominadas como Dois 1.534 vias. Só em Cuiabá, no Mato Grosso, havia 46 ruas com este nome. A maioria das ruas com nomes de números estava em loteamentos à espera de regularização e de batismo. Nomes de santos também são bem cotados nos municípios brasileiros. São José apareceu em 19.º lugar, com o nome em 638 vias. Já São Paulo, em 22.º, em 619 ruas.

E Santo Antônio, 25.º, em 554 ruas. Entre as datas cívicas, Sete de Setembro, dia no qual se comemora a Independência do Brasil, foi a primeira a aparecer no levantamento, nomeando 428 vias. Já a proclamação da República batizou 394 ruas. Já Tiradentes liderou a pesquisa entre as personalidades públicas do país. O mártir da Inconfidência Mineira denomina 384 ruas pelo Brasil. A cidade de São Paulo não tem nenhuma via com o nome do ex-presidente Getúlio Vargas. Este fato ainda é sequela da Revolução Constitucionalista de 1932, quando os paulistas lutaram contra forças de Vargas e foram derrotados.

Como pagar

Uma lei no Paraná estabelece que estabelecimentos comerciais coloquem na entrada das lojas quais as formas de pagamento aceita. A medida seria para evitar constrangimentos para quem compra e possíveis prejuízos para quem vende. A legislatura não exige nenhuma parafernália para informar o consumidor, bastaria, por exemplo, uma folha de papel grudada na porta do estabelecimento. Vale multa o não cumprimento da lei. O Procon está de olho.

Que coragem

Um bêbado muito conhecido na vila estava cambaleando pela rua quando viu que o boteco que frequentava estava sendo assaltado. Ele assistiu toda à ação dos bandidos, criou coragem e gritou:

“Leva o caderno do fiado junto...”



Avisos paroquiais

A boa vontade nem sempre é sinônimo de qualidade de compreensão. Abaixo, uma lista com avisos fixados nos murais de igrejas. Todos escritos com boa vontade, mas com má redação.

- Para todos os que têm filhos e não sabem, temos na paróquia uma área especial para crianças.
- O torneio de basquete das paróquias vai continuar com o jogo da próxima quarta-feira. Venham nos aplaudir, vamos tentar derrotar o Cristo Rei!
- Na sexta-feira às 19 horas, os meninos do Oratório farão uma representação da obra *Hamlet*, de Shakespeare, no salão da igreja. Toda a comunidade está convidada para tomar parte nesta tragédia.
- Prezadas senhoras, não esqueçam a próxima venda para beneficência. É uma boa ocasião para se livrar das coisas inúteis que há na sua casa. Tragam seus maridos!
- Assunto da catequese de hoje: Jesus caminha sobre as águas. Assunto da catequese de amanhã: Em busca de Jesus.
- O coro dos maiores de 60 anos vai ser suspenso durante o verão, com o agradecimento de toda a paróquia.
- O mês de novembro finalizará com uma missa cantada por todos os defuntos da paróquia.
- O preço do curso sobre Oração e Jejum não inclui as refeições.
- Por favor, coloquem suas esmolas no envelope, junto com os defuntos que desejem que sejam lembrados.

Uma boa noite de sono

Um estudo realizado pela Universidade de Warwick, no Reino Unido, indica que uma boa noite de sono equivale a ganhar na loteria. Segundo os cientistas, dormir bem toda noite possibilita uma melhora na saúde e aumento na felicidade. Ao descansar à noite, de acordo com os pesquisadores, a pessoa prolonga o sentimento de satisfação, como acertasse todos os números sozinho da loteria. O estudo, publicado na revista científica Sleep Journal, foi realizado durante quatro anos e 30,5 mil pessoas foram analisadas.



Fezinha

A Inglaterra adora tradições. A terra da rainha Elizabeth II venera o futebol, os Beatles e a música pop, as corridas de cavalos e de cachorros, os museus e o Big Ben. Outra tradição inglesa é o gosto por apostas. Os ingleses são chegados numa fezinha. Por lá se aposta em tudo e em qualquer parte do mundo. De corridas de automóveis à escolha de um novo papa. Com isso não é de se estranhar que existam milhares de casas de apostas. Atualmente estima-se que existas aproximadamente 10 mil casas no Reino Unido. A maior e mais famosa é a Ladbrokes.



Fundada em 1902, em Londres, a rede tem cerca 1,6 mil filiais espalhadas pelo país. A casa também aceita apostas online, disponíveis em 13 idiomas (na lista está o português). O pagamento pode ser via cartão de crédito internacional. A loteria esportiva deles, chamada de Premier 10, tem jogos do Campeonato Brasileiro. Apesar da tradição, os ingleses tiveram de manter o gosto por apostas na clandestinidade por décadas. Uma lei de 1853 tornou o hábito ilegal. A legalização das casas de apostas foi decretada em 1961.

Tartaruga

Sinônimo de lentidão, o que no imaginário popular a torna um animal inofensivo, devagar, que usa seu casco para se defender, a tartaruga teve sua fama desmistificada em um recente artigo publicado na revista científica Scientific Reports. De acordo com cientistas do Jurassic Museum, na Suíça, que realizaram o estudo em fósseis, o hábito de esconder a cabeça dentro do casco, comum na espécie, mais do que uma proteção, serviria como arma para botes mais poderosos em suas presas. A pesquisa indica que o uso defensível de encolher o pescoço para se proteger de predadores teria sido uma modificação posterior ao uso para a caça.



UMA SIMPLES FOTO



A BOLA

O pai deu uma bola de presente ao filho. Lembrando o prazer que sentira ao ganhar a sua primeira bola do pai. Uma número 5 sem tento oficial de couro. Agora não era mais de couro, era de plástico. Mas era uma bola.

O garoto agradeceu, desemburrou a bola e disse "Legal!". Ou o que os garotos dizem hoje em dia quando não gostam do presente ou não querem magoar o velho.

Depois começou a girar a bola, à procura de alguma coisa.

- Como é que liga?

- Como é que liga? Não se liga.

O garoto procurou dentro do papel de embrulho.

- Não tem manual de instrução?

O pai começou a desanimar e a pensar que os tempos são outros. Que os tempos são decididamente outros.

- Não precisa manual de instrução.

- O que é que ela faz?

- Ela não faz nada. Você é que faz coisas com ela.

- O quê?

- Controla, chuta...

- Ah, então é uma bola.

- Claro que é uma bola.

- Uma bola, bola. Uma bola mesmo.

- Você pensou que fosse o quê?

- Nada, não.

O garoto agradeceu, disse "Legal" de novo, e dali a pouco o pai o encontrou na frente da tevê, com a bola nova do lado, manejando os controles de um videogame. Algo chamado Monster Ball, em que times de monstros disputavam a posse de uma bola em forma de blix eletrônico na tela ao mesmo tempo que tentavam se destruir mutuamente. O garoto era bom no jogo. Tinha coordenação e raciocínio rápido. Estava ganhando da máquina.

O pai pegou a bola nova e ensaiou algumas embaixadas. Conseguiu equilibrar a bola no peito do pé, como antigamente, e chamou o garoto.

- Filho, olha.

O garoto disse "Legal" mas não desviou os olhos da tela. O pai segurou a bola com as mãos e a cheirou, tentando recapturar mentalmente o cheiro de couro. A bola cheirava a nada. Talvez um manual de instrução fosse uma boa ideia, pensou. Mas em inglês, para a garotada se interessar.

Luis Fernando Verissimo



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

•FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

•SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

